



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA INSPEÇÃO DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA**

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT  
Folha n.º 689  
Processo n.º 3699/91  
Rubrica.....

**PROCESSO n.º 3.699/91**

**ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF**

**ASSUNTO: Concurso Público**

**EMENTA: Edital n.º 076/90-IDR. Concurso Público para o cargo de Agente de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.**

- Cumprimento de decisão judicial, ficando, em consequência, prejudicado o item IV, da Decisão nº 3.976/99 - TCDF, reiterado pelo item II, da Decisão nº 6.144/01 - TCDF. Por autorização para realização de inspeção na PCDF, SGA e onde mais se fizer necessário.

Senhor Diretora,

O presente processo teve por objeto o concurso público para o Cargo de Agente de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 76/90 – IDR (fls. 3/10).

2. Após o exame do edital normativo, foi realizada inspeção na então Secretaria de Administração e na Secretaria de Segurança Pública, por meio da qual foram detectadas nomeações fora do prazo de validade do certame. O Tribunal determinou então, no inciso IV da Decisão n.º 3.976/99 (fl. 464), a aplicação de multa (5.000 UFIR) ao Sr. Antônio Carlos de Andrade, Secretário de Administração à época das referidas nomeações, cujo recolhimento deveria ser comprovado no prazo de 30 (trinta) dias.

3. O ex-Secretário de Administração interpôs pedido de reexame, (fls. 510/521) da Decisão n.º 3.976/99, cujo provimento foi negado por meio da Decisão n.º 8.694/2000 (fl. 562).

4. Embargos de Declaração contra a determinação do Tribunal foram interpostos pelos advogados do ex-Secretário de Administração (fls. 570 a 572), cujo provimento também foi negado por meio do inciso II da Decisão n.º 2.445/2001 (fl. 599).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA**

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT  
Folha n.º 690  
Processo n.º 3699/91  
Rubrica.....

5. Por meio do item II da Decisão n.º 6.144/2001 (fl. 610), o Tribunal assinou o prazo de 10 (dez) dias para que o ex-Secretário de Administração comprovasse o recolhimento da multa imposta.

6. Pelo expediente de fl. 641/643, o advogado do ex-Secretário de Administração informou ao Tribunal que:

“(...)o Exmº. Sr. Desembargador Lécio Resende, do e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, proferiu despacho em sede de agravo de instrumento, nos autos do Processo nº 2002.00.2.000428-0, que, reformando decisão proferida anteriormente pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, nos autos de ação cautelar, Processo nº 2002.01.1.003371-3, concedeu efeito suspensivo ativo ao recurso, para deferindo a liminar na ação cautelar, determinar ao Distrito Federal que se abstenha de inscrever o nome do ora peticionário na dívida ativa ou, caso isto já tenha ocorrido, sustar os efeitos do referido ato até o trânsito em julgado da sentença a ser proferida nos autos da ação ordinária nº 2001.01.1.107.3787-8, visando à desconstituição do item IV da Decisão nº 3976/99 desse e. TCDF, que aplicou multa ao autor, no valor de 5.000 (cinco mil) Ufir, pela prática de atos de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público relativo ao Edital nº 076/90-IDR.”.

7. Foi exposto breve histórico – na instrução de fls. 660/662 - do andamento das ações ajuizadas a propósito do item IV, da Decisão nº 3.976/99:

- **nº 2002.01.1.003371-3** – ação cautelar com sentença proferida no sentido de negar provimento ao pedido da ação principal (abaixo mencionada) e conceder a liminar até o trânsito em julgado da sentença, conforme determinação do TJDF (no agravo de instrumento abaixo mencionado). Autos apensados aos da ação principal (fls. 644/648);

- **nº 2001.01.1.107387-8** – ação ordinária, com sentença proferida conforme acima descrito. Interposta apelação cível ainda não julgada (fls. 649/652);

- **nº 2002.00.2.000428-0** – agravo de instrumento interposto contra decisão em processo cautelar, concedendo “(...)efeito suspensivo ativo, deferindo a liminar na Ação Cautelar, para que o Agravado se abstenha de inscrever o nome do Agravante na dívida ativa do Distrito Federal ou, caso isto tenha ocorrido, sustar os efeitos do referido ato até o trânsito em julgado da sentença a ser proferida nos autos da Ação Ordinária nº 2001.01.1.107.3787-8.”. Posteriormente, diante da reconsideração - pelo juízo de 1º grau - da decisão agravada, o recurso foi considerado prejudicado. Autos arquivados (fls. 653/ 659).

8. Restou ao TCDF, em cumprimento à medida judicial então em vigor, sobrestar a diligência determinada no inciso IV da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA**

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT  
Folha n.º 691  
Processo n.º 3699/91  
Rubrica.....

Decisão nº 3.976/99, reiterada no inciso II da Decisão nº 6.144/2001, até o juízo definitivo da demanda em questão (Decisão nº 1.039/03 – fl. 672).

9. Juntamos às fls. 673/675 o andamento atualizado da apelação cível interposta pelo Sr. Antônio Carlos de Andrade. Consta do documento extraído da página eletrônica do TJDF que a 3ª Turma Cível, unanimemente, deu provimento à apelação, tendo ocorrido o trânsito em julgado do Acórdão. Cópias da Ementa, Acórdão e Votos respectivos foram anexados às fls. 676/688.

10. Fica, conseqüentemente, prejudicado o item IV, da Decisão nº 3.976/99 - TCDF, reiterado pelo item II, da Decisão nº 6.144/01.

11. Tendo em vista que as admissões oriundas do certame objeto destes autos não tiveram sua legalidade examinada de forma individualizada e registrando que ocorreram antes do advento da Resolução nº 100/98 – TCDF, propomos autorização para realização de inspeção na Polícia Civil do DF, Secretaria de Gestão Administrativa e onde mais se fizer necessário para colher subsídios objetivando o exame de legalidade mencionado.

Isto exposto, sugerimos:

- I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 673/688;
- II - em face do trânsito em julgado do Acórdão proferido na Apelação Cível nº 2001.01.1.107387-8, considerar, em conseqüência, prejudicado o item IV da Decisão nº 3.976/99 - TCDF, reiterado pelo item II da Decisão nº 6.144/01 - TCDF;
- III - autorizar a realização de inspeção na Polícia Civil do DF, Secretaria de Gestão Administrativa e onde mais se fizer necessário para colher subsídios objetivando o exame de legalidade das admissões oriundas do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA**

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT

Folha n.º 692

Processo n.º 3699/91

Rubrica.....

concurso público objeto destes autos.

À superior consideração.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004.

Antonio Carlos Alves Linhares  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matrícula n.º 349-1